



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 9

Dezembro de 1999

IMPORTÂNCIA DO PARTIDO POPULAR NUM PARLAMENTO SEM MAIORIA ABSOLUTA

O Grupo Parlamentar do Partido Popular, se bem que com apenas três deputados, tem-se esforçado num trabalho intenso de apresentação de um conjunto de projectos e propostas na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, comparável aos dois outros grupos parlamentares.

Recorde-se, por exemplo, que foi o CDS/PP quem primeiro defendeu a descida dos impostos, sendo da co-autoria do nosso Grupo Parlamentar um projecto donde veio a resultar a descida, nos Açores, do IRC em 30% e quanto ao IRS um abaixamento de 15% em 1999. Por iniciativa exclusiva do nosso Partido a descida do IRS no ano 2000 passará para 20%.

Por iniciativa nossa foi igualmente aprovado o Decreto que criou o sistema de apoio ao crédito para a aquisição de terra por rendeiros e por proprietários de terras confinantes ou encravadas, a vigorar a partir do próximo dia 1 de Janeiro.

Foi por imposição do CDS/PP que foi incluído no Plano o prolongamento do Porto do Corvo.

Foi ainda por iniciativa do nosso Grupo Parlamentar que foram aprovadas pela Assembleia Legislativa importantes resoluções, como por exemplo a de redução de tarifas da SATA, de abaixamento do custo dos transportes marítimos, de antecipação do prazo de pagamento das indemnizações compensatórias e, além de outras, uma exigindo medidas para a solução do crescente problema da insegurança nos Açores.

A actividade dos Deputados do CDS/PP, que só resumidamente pode ser espelhada na “Palavra Parlamentar”, tem-se traduzido, para além do mais, em visitas às ilhas, participação em comissões, reuniões, intervenções, requerimentos, votos, etc.

Mas agora que já decorreram mais de três anos desta Legislatura, é possível aos açorianos constatar que a actividade do Grupo Parlamentar do CDS/PP foi decisiva noutras áreas. O CDS/PP foi indispensável para alterar para melhor e votar o Decreto Legislativo sobre os apoios à reconstrução derivada do sismo; foi o CDS/PP igualmente decisivo para a criação e fixação de um montante mensal justo para a remuneração complementar e para a atribuição dos complementos de pensão para os pensionistas e reformados, ambas a pagar já no início do ano 2000, estabelecendo montantes mais elevados e uma maior compensação para os que menos recebem, contrariamente ao que pretendia o Governo.

Ao longo destes mais de três anos ficou demonstrado que a Região pode ser governada sem maioria de nenhuma força política; e mais, ficou provado que a Região tem beneficiado muito do facto da não existência de uma maioria absoluta, porque assim tem sido possível impedir a aprovação de propostas do Governo socialista menos favoráveis e muito menos justas, como tem sido possível pressionar o governo a executar medidas desejadas pela maioria do povo açoriano representada pela oposição.

Outros projectos do CDS/PP estão ainda pendentes e serão discutidos no próximo ano. Trabalharemos com a mesma persistência, manteremos a mesma ponderação, numa perspectiva de servir os açorianos e engrandecer os Açores.

Contando com a vossa ajuda, prometemos o nosso empenho e desejamos a todos os açorianos um bom ano 2000.

O Presidente do Grupo Parlamentar,
Alvarino M. M. Pinheiro

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

O Deputado Alvarino Pinheiro apresentou um requerimento em que considerava que “as unidades de saúde da Região constituem factor imprescindível de estabilidade e segurança das populações” e referia também que do não descongelamento das vagas das especialidades “resultam prejuízos de ordem psíquica e social, mas também gastos avultados, quer com a deslocação de doentes, quer com a contratação avulsa de especialistas doutras instituições” e solicitava informação sobre os motivos que levaram o Governo a não autorizar a abertura de vagas nas especialidades propostas pelo Conselho de Administração do Hospital de Angra.

Noutro requerimento o mesmo Deputado considerava que “o Serviço Regional de Estatística dos Açores se encontra a funcionar em instalações provisórias desde o sismo de 1980” e que os seus funcionários “esgotaram a sua capacidade de suportarem desumanas e repugnantes condições de trabalho” e perguntou ao Governo se iria assumir as suas responsabilidades, instalar provisoriamente os serviços e qual a solução definitiva para as instalações.

Em requerimento subscrito pelos Deputados Mário Moura, Alvarino Pinheiro e João Greves, foram referidas as péssimas condições em que se encontram as ruas de Santiago e dos Coelhoos da Freguesia de Água de Pau, na

Ilha de S. Miguel, com perigos para a saúde pública, perguntando-se qual o impedimento para a não reparação e data de início de obras, já que o atraso prejudica a população e o comércio.

Noutro requerimento dos mesmos deputados referia-se que, não obstante já ter sido extinto, em 1989, o Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores, “ainda há obrigações do IIPA, em matéria de concessão de subsídios ao investimento, que não estão integralmente cumpridas” solicitando-se explicação sobre a razão, número de processos abrangidos, montantes em falta e medidas a tomar pela Administração Regional para honrar os seus compromissos.

Em requerimento dos deputados João Greves, Alvarino Pinheiro e Nuno Almeida e Sousa, referia-se que as novas unidades de transporte marítimo de passageiros em serviço na Região vieram trazer um apreciável aumento do número de visitantes a cada ilha, mas que aquando da deslocação do navio às Flores, ele poderia ir ao Corvo durante o dia, perguntando-se que motivos impedem que se faculte a visita aos passageiros que o desejem.

JOÃO GREVES PROTESTA: CORVO NECESSITA DE MAIS

Em intervenção no Plenário da Assembleia o Deputado João Greves acusou o Governo de “má política de transportes” no que se refere às exportações de gado da Ilha do Corvo. O Deputado Corvino afirmou que o prolongamento do porto do Corvo imposto pelo CDS/PP, não é para que ela sirva apenas de entreposto entre as Flores e o Corvo e considerando que a economia da Ilha do Corvo, baseando-se quase exclusivamente na agro-pecuária, o governo continuando assim “está a asfixiar a economia daquela Ilha”.

O Deputado do CDS/PP terminou afirmando que “não é justo que os corvinos produzam bons produtos e o governo deixe que estes se percam pelo caminho”.

Noutra intervenção na discussão do Plano e Orçamento para o ano 2000, João Greves afirmou que “os corvinos não encontram motivos de satisfação

nem nada que lhes alimente o sonho de viver melhores dias”, considerando que o Plano é “uma frustração para a minha Ilha” e “protesto porque a Ilha necessita de mais investimentos públicos que não estão contemplados neste Plano e que são indispensáveis ao seu desenvolvimento e progresso”.

Exemplificou depois com a falta de verbas para o fomento agrícola, para a queijaria, casa de matança, formação e valorização profissional, turismo, lar de idosos e estradas, considerando também insuficiente a verba para a recuperação de habitação.

Afirmou ainda “que o Governo socialista é pouco sensível à ilha do Corvo e ao povo que nela habita”.

CONSELHO DE ILHA JÁ TEM REGIME JURÍDICO APROVADO POR PROPOSTA DO CDS/PP

Já está publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de Julho, que define o Regime Jurídico do Conselho de Ilha.

Com base num projecto do Grupo Parlamentar do PP, o diploma define a respectiva composição, que agora, para além dos presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais, também inclui representantes dos sectores empresariais, movimentos sindicais e associações agrícolas, podendo participar, sem voto, os deputados da ilha.

O órgão, com um alargado conjunto de atribuições e competências, tem três reuniões públicas ordinárias anuais.

RESOLUÇÕES APROVADAS POR INICIATIVA DO CDS/PP TÁXIS

Já está publicada a Resolução n.º 5/99/A, de 24 de Junho, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas tendentes à resolução de problemas que se colocam no exercício de exploração da actividade de transportes públicos rodoviários em automóveis ligeiros de passageiros (táxis).

A Resolução foi aprovada na sequência de um estudo sobre a problemática que afecta o sector, realizada pela Comissão especializada permanente da Assembleia, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Popular.

TRANSPORTES DE MERCADORIAS

O Grupo Parlamentar do CDS/PP considera que “transportes marítimos capazes e regulares são necessários, mas é também indispensável que o seu custo seja baixo, uma vez que eles são um factor estratégico fundamental para o desenvolvimento económico” e entende também que “o custo elevado dos transportes marítimos constitui hoje um dos principais factores geradores dos custos de insularidade, cujas causas importa evitar, em vez de buscar remédio para os seus efeitos”.

Foi com base nestes e noutros pressupostos que o Grupo Parlamentar apresentou uma proposta na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que foi discutida e aprovada no passado dia 28 de Outubro, em que “se recomenda ao Governo Regional que promova, de imediato, todas as diligências no âmbito das relações com o Governo da República e no quadro das instituições europeias, no sentido de criar as condições para o estabelecimento de uma política de transportes marítimos de mercadorias que conduza ao significativo abaixamento sustentado do respectivo custo”.

NÚCLEO DE PESCAS E RECREIO NÁUTICO NA GRACIOSA

Também por proposta do Partido Popular apresentada em 16 de Junho, o Parlamento aprovou, em 28 de Outubro, uma Resolução em que “recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias à inclusão no Plano para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio náutico na Ilha Graciosa”.

O PP considerava na sua proposta que a construção da infra-estrutura é uma aspiração da generalidade dos graciosenses.

O Governo Regional quando depois visitou a Graciosa, apressou-se a apresentar projectos referentes aqueles empreendimentos

GRUPO PARLAMENTAR DO PP EM ESTRASBURGO

O Grupo Parlamentar do CDS/PP integrou uma delegação do Partido Popular – Açores, que se deslocou ao Parlamento Europeu, no passado mês de Novembro, a convite do Deputado Europeu do nosso Partido, Dr. Luís Queiró.

A Delegação açoriana, constituída por 35 elementos, oriundos das várias ilhas da Região, foi composta por dirigentes regionais, locais e autarcas do Partido.

Para além de assistirem ao funcionamento do Plenário do Parlamento em Estrasburgo, reuniram com Deputados Europeus e funcionários superiores do Parlamento, com quem abordaram as principais questões europeias com repercussão na nossa Região.

ESCOAMENTO DE GADO DA ILHA DO CORVO

No mês passado entrou no Parlamento mais uma proposta de Resolução do Grupo Parlamentar do Partido Popular, que visa recomendar ao Governo Regional que promova as diligências necessárias para o escoamento de gado vivo da Ilha do Corvo, com mais periodicidade, celeridade e comodidade.

A proposta baseia-se no facto de que a população do Corvo “vive quase que exclusivamente da actividade agropecuária e dos produtos dela decorrentes”, pelo que qualquer variação na comercialização dos respectivos produtos afecta a economia e a capacidade financeira das famílias corvinas.

A proposta de resolução, que está a ser apreciada pela Comissão de Economia, antes de subir a Plenário, visa “rentabilizar ao máximo a exportação de gado vivo ou morto”, pelo que se torna necessário encurtar o tempo de viagem marítima e promover o transporte em unidades adequadas.

Participação em iniciativas

O Grupo Parlamentar do Partido Popular foi co-autor em diversas iniciativas legislativas aprovadas pela Assembleia, conjuntamente com os outros partidos representados no Parlamento, designadamente em dois Decretos Legislativos Regionais sobre o regime jurídico da abertura e transferência de farmácias e Resoluções sobre a alteração do regime de concessão de licenças de pesca, elaboração de estudo relativo às condições de exercício do comércio tradicional nos principais centros urbanos de S. Miguel e Terceira e impactos decorrentes da instalação de grandes infra-estruturas de concentração comercial e ainda outra sobre a reabertura da farmácia de Santa Cruz, na Lagoa.

POR PROPOSTA DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS/PP AÇORIANOS VÃO PAGAR MENOS IRS

O Grupo Parlamentar do Partido Popular na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, considerando que “a atenuação da carga fiscal sobre as pessoas singulares continua a ser uma exigência, para melhorar as condições de vida dos que residem nos Açores e que suportam os custos da insularidade”, apresentou um projecto no Parlamento em Setembro deste ano, visando uma redução de mais 5% na taxa nacional de IRS, para os residentes nos Açores.

Recorde-se que já em 1999 os açorianos beneficiaram de uma redução da taxa de IRC em 30% e de 15% nas taxas de IRS, de que então foi co-autor o Partido Popular, que agora considerou essa redução “como o mínimo que já se deveria aplicar aos Açores”.

O Partido Popular defende assim uma diminuição progressiva e equilibrada do IRS “tanto mais que ainda se fica longe de atingir o máximo legal previsto”.

O Projecto do CDS/PP, único partido que apresentou projecto para a diminuição do IRS, foi aprovado no passado dia 23 de Novembro, com os votos favoráveis do Partido Popular e do Partido Social Democrata e contou com os votos contra do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Assim, já a partir do dia 1 de Janeiro do ano 2000, os residentes nos Açores pagarão menos 20 por cento de IRS relativamente às taxas praticadas no restante do território nacional.

VOTOS DO PARTIDO POPULAR FORAM DECISIVOS NA CRIAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR E NO COMPLEMENTO MENSAL DE PENSÕES

Os funcionários, agentes e os contratados a prazo da Administração Pública Regional Autónoma e Local da Região Autónoma dos Açores cuja remuneração seja igual ou inferior à do índice 380, beneficiam, a partir de 1 de Janeiro de 2000, de remuneração complementar, abonável em 14 mensalidades e actualizável anualmente em percentagem idêntica à estipulada para o índice 100 da escala das carreiras do regime geral.

O montante mensal é de 8500\$00 para o índice igual ou inferior a 135, sendo reduzido à medida que os índices aumentam. Este regime, que levará a que sejam mais beneficiados os que menos recebem, foi aprovado com base em alteração proposta pelos partidos da oposição (PP, PSD e PCP), com os votos contra do PS, cujo Governo defendia uma percentagem fixa sobre os vencimentos, que daria mais aos que já recebem mais.

Também por proposta de todos os partidos da oposição, a Assembleia Legislativa aprovou, igualmente na última semana de Novembro, um complemento mensal de pensão para os pensionistas e reformados cuja residência permanente seja na Região Autónoma dos Açores.

Este complemento é pago em 14 mensalidades, sendo do montante de 6.000\$00 para as pensões com valores inferiores ou iguais ao salário mínimo nacional, sendo reduzida percentualmente à medida que aumentam as pensões, na base da mesma filosofia de que maior é o complemento para os que menos recebiam. É também actualizável com base no índice 100.

Estas alterações foram também aprovadas com os votos do CDS/PP, PSD e PCP, tendo merecido o voto contra do Partido Socialista.

APOIO AO CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE TERRAS NASCEU DE PROJECTO DO PARTIDO POPULAR

Com base num projecto do Grupo Parlamentar do CDS/PP, a Assembleia Legislativa aprovou o Decreto L. Regional n.º 23/99/A, de 31 de Julho, que criou o SICATE, sistema de apoio ao crédito para aquisição de prédios rústicos por agricultores na qualidade de arrendatários, comproprietários e proprietários de prédios encravados ou confinantes, através da bonificação da taxa de juro, que pode atingir os 100%, sendo o prazo de amortização no máximo de 20 anos.

O diploma, que produz efeitos a partir de 1 de Janeiro, estabelece que dele podem beneficiar pessoas singulares, mas também pessoas colectivas que preencham determinados requisitos, estando também estabelecidos limites máximos de financiamento.

As propostas de financiamento serão elaboradas pelas instituições de crédito, com base na análise da viabilidade financeira da exploração e na apreciação da capacidade empresarial.